




GREAT LIMPOPO
TRANSFRONTIER PARK

VERSÃO 1
Julho de 2016

ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DIVERSIFICAÇÃO DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PARA A
ÁREA DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DO GRANDE LIMPOPO (ACTFGL)
2016 - 2030



AGRADECIMENTOS:

O desenvolvimento da presente estratégia foi possível através do financiamento disponibilizado pela USAID África Austral (programa RESILIM) e pela Peace Parks Foundation. O relatório foi desenvolvido com o apoio de um painel especializado, sob orientação de um conselho consultivo. Os agradecimentos são, igualmente, extensivos a todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento da estratégia através da participação em workshops e revisão da documentação preliminar.

CITAÇÃO PROPOSTA:

ACTFGL. 2016. Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo: Estratégia Integrada de Diversificação de Meios de Subsistência 2016 – 2030.

Créditos Fotográficos (Primeira Página):



RESILIM : Resilience in the Limpopo River Basin Program



INTRODUÇÃO

O QUE É PARQUE TRANSFRONTEIRIÇO E ÁREA DE CONSERVAÇÃO DO GRANDE LIMPOPO?

O Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL) foi estabelecido, formalmente, através de um Tratado Internacional assinado pelos Chefes de Estado Moçambicano, Sul Africano e Zimbabueano, em Xai-Xai na República de Moçambique, em Dezembro de 2002. O Parque Transfronteiriço compreende três parques nacionais; o Parque Nacional do Limpopo (PNL, também conhecido como Limpopo National Park ou LNP) em Moçambique, o Parque Nacional de Kruger (PNK), incluindo o Makuleke Contractual Park, na África do Sul, e o Parque Nacional de Gonarezhou (PNG), no Zimbabue. Inclui, igualmente, áreas adjacentes, dentre elas: o Santuário de Manjinji Pan, Malipati Safari Area e o Corredor Sengwe/ Tshipise Wilderness, no Zimbabue. O PTGL abrange uma área total de 3,577,144 hectares. A Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF) inclui uma área mais extensa em volta deste parque transfronteiriço, incluindo zonas rurais, periurbanas e urbanas em que as comunidades vivem.

PORQUE É QUE O CGC ESTÁ A DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DIVERSIFICAÇÃO DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA?

O CGC é mandatado pela Comissão Ministerial do PTGL para estar envolvido no apoio aos meios de subsistência das comunidades da ACTF mais ampla, através dos objectivos do Tratado e, especificamente, dos Objectivos (d) e (e) abaixo:

QUADRO 1: OBJECTIVOS DO TRATADO SOBRE O PTGL (2002)

- Impulsionar a colaboração e cooperação transnacionais entre as Partes, o que vai facilitar uma gestão eficaz do ecossistema na área que compreende o Parque Transfronteiriço;
- Promover alianças na gestão dos recursos naturais biológicos, encorajando parcerias sociais, económicas e outras entre as Partes, incluindo o sector privado, as comunidades locais e organizações não governamentais ;
- Aumentar a integridade do ecossistema e os processos ecológicos naturais através da harmonização dos procedimentos de gestão ambiental ao longo dos limites internacionais, e esforçando-se para retirar barreiras artificiais que impedem o movimento natural das espécies da fauna e flora selvagens;
- Facilitar o estabelecimento e manutenção de uma base económica sub-regional sustentável, através de quadros de desenvolvimento, estratégias e planos de trabalho apropriados;
- Desenvolver ecoturismo transfronteiriço como meio para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico regional; e
- Estabelecer mecanismos para facilitar a troca de informação técnica, científica e jurídica para a gestão conjunta do ecossistema.

Em 2015, o Conselho de Gestão Conjunta (CGC) do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL) e os seus parceiros iniciaram um processo de desenvolvimento de uma Estratégia Integrada de Diversificação de Meios de Subsistência. A presente serve como primeira versão da estratégia. O processo para o desenvolvimento da estratégia é descrito no videoclip seguinte (<https://vimeo.com/163246796>).

O PAPEL DO CGC DO PTGL:

A presente estratégia reconhece e assenta nos esforços de atores que têm estado a trabalhar no sentido de apoiar o desenvolvimento e os meios de subsistência em comunidades em volta das áreas protegidas há muitos anos. O CGC do PTGL reconhece que não pode ser a força motriz das iniciativas futuras para meios de subsistência. Antes, está em melhor posição para desempenhar:

- O papel de organizador ou facilitador, aproximando uma diversidade de instituições, pessoas, pontos de vista e experiências; promovendo assim, o desenvolvimento regional integrado de uma visão e compreensão partilhadas das oportunidades e ideias;
- Uma função de coordenação, encorajando a partilha de informação e coordenação de esforços; e
- Uma função de apoio fortalecendo, activamente, atores nos seus esforços.

O QUE É QUE ESTA ESTRATÉGIA VISA ALCANÇAR?

O objectivo é que esta estratégia sirva:



- Para desenvolver uma visão colectiva e abordagem integrada para aumentar as opções de meios de subsistência na área do projecto;
- Para acordar sobre um conjunto de prioridades estratégicas bem como sobre nós de gestão para atenção prioritária na primeira iteração da implementação da estratégia (isto é 2016 a 2030);
- Para identificar meios de subsistência apropriados, viáveis e estratégicos, que possam ser aplicados na zona da ACTFGL, incluindo onde iniciativas existentes estiverem a funcionar e poderem ser escaladas e partilhadas para uma audiência mais ampla;
- Para identificar e lidar com constrangimentos existentes no sucesso das iniciativas de meios de subsistência; e
- Para assegurar que ameaças e riscos actuais e futuros decorrentes de mudanças climáticas e outras actividades antropogénicas (tais como uso da terra) tenham sido considerados ao identificar intervenções de meios de subsistência para resiliência.

Este objectivo será alcançado:

- Proporcionando um mecanismo ou plataforma para apoiar interligações entre os atores na ATFGL;
- Acordando sobre uma abordagem comum para monitoria e pesquisa que vai apoiar uma gestão melhorada baseada em dados, análise comparativa e impacto aprimorado;
- Apoiando boa governação cooperativa através da coordenação de estratégias, prioridades, investimentos e esforços existentes para alcançar sinergias, evitar duplicação e para identificar lacunas;
- Fortalecendo as comunidades para participarem activamente em decisões sobre gestão de recursos;
- Apoiando a partilha de lições aprendidas nos grupos e nas regiões, incluindo gestão partilhada de informação;
- Definindo responsabilidades para assegurar que todos atores estejam a trabalhar para as suas vantagem competitivas, assegurando, igualmente, que as actividades estejam a ser realizadas a cada escala (níveis familiar, comunitário e regional) e horizonte temporal (curto, médio e longo prazos);
- Proporcionando contributos para apoiar angariação proactiva de fundos, concebida no sentido de demonstrar aos investidores e doadores como os seus interesses podem ser alcançados apoiando as nossas prioridades definidas; e
- Promovendo um ciclo de revisão regular para assegurar que os planos sejam ajustados a contextos em mudança e a novas aprendizagens.

O horizonte temporal para a estratégia é de 15 anos, de 2016 - 2030.

QUADRO 2: DE QUEM É ESTA ESTRATÉGIA?

O PTGL e as suas agências de implementação (ANAC, SANParks e ZPWMA) têm mandato através do Tratado para apoiar os meios de subsistência das comunidades da ACTFGL. Estes, através das áreas protegidas, têm, igualmente, interesse de partilhar benefícios e criar valor para as comunidades locais na conservação e actividades associadas. Os Parques (públicos e privados) têm, também, a responsabilidade sobre as comunidades, de (i) mitigar impactos negativos e (ii) fazer investimento social empresarial eficaz. Não obstante o mandato formal para o desenvolvimento socioeconómico fora das áreas protegidas caber ao governo. As organizações da sociedade civil, parcerias do sector privado e doadores são capazes de apoiar este mandato oficial aumentando os recursos e capacidades do governo. Na medida do possível, a tomada de decisões deve ser descentralizada até ao nível comunitário para assegurar maior probabilidade de êxito, e as habilidades e activos de que as próprias comunidades dispõem devem ser reconhecidos e fortificados.

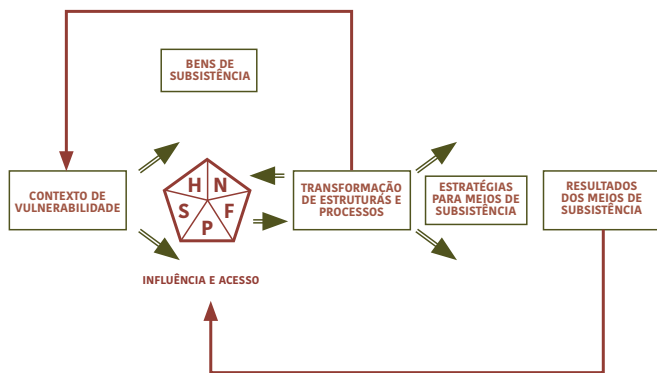
Consideramos que, se todos estes intervenientes trabalharem juntos, num plano conjunto e acordado, a probabilidade de alcançar impactos sustentáveis e significativos seja significativamente aumentada. Embora os elementos da presente estratégia estejam estruturados na perspectiva das autoridades de conservação, reconhecemos que nenhuma das partes, por si própria, será capaz de conduzir este processo sem a adesão e apoio das outras. Propõe-se que os intervenientes da ACTFGL e as autoridades das áreas protegidas desempenhem um papel importante para catalisar e manter a dinâmica em volta do estabelecimento de tais parcerias. Identificando todos “motores” existentes de execução e acordando sobre como podem ser posicionados em relação recíproca, ao abrigo da infraestrutura de uma estratégia partilhada, acreditamos que a nossa visão pode alcançar o arranque.



MODELOS E ESTRUTURAS DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

As intervenções relacionadas com meios de subsistência não são, exclusivamente, as relacionadas com iniciativas de geração de rendimentos. Antes, foi adoptada a Abordagem de Meios de Subsistência Sustentáveis (DFID, 1999) como quadro conceptual que informa a presente estratégia. Esta abordagem destaca como as intervenções nos meios de subsistência devem ser consideradas e procura influenciar (i) o contexto da vulnerabilidade, (ii) uma diversidade de recursos de subsistência ou capitais e (iii) potenciar a dinâmica ou transformar processos e estruturas. Estas intervenções podem ser orientadas ao (a) nível regional e de política, (b) nível comunitário e (c) nível familiar; todas podem e devem ter um impacto positivo no bem estar individual e nos meios de subsistência a curto, médio e/ou longo prazos.

Figura 1. Estrutura dos Meios de Subsistência Sustentáveis



LEGENDA:

H - Capital Humano
N - Capital Natural
F - Capital Financeiro
S - Capital Social
P - Capital Físico

MODELOS E ABORDAGENS DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES NA ACTFGL

- **Turismo** fotográfico, cultural, de aventura e de negócios;
- **Gestão de recursos naturais baseada na comunidade** (GRNBC) e **economia da fauna e flora selvagens** (colheita, comercialização, caça, criação, processamento, marketing e venda de produtos da fauna e flora e florestais não madeireiros);
- **Agricultura** (incluindo irrigada, de conservação e outras formas de agricultura eficientes do ponto de vista hídrico) para uso familiar, comércio à pequena escala e contratos de produtores subcontratados com explorações agrícolas comerciais a grande escala);
- **Pastagem holisticamente planificada e comércio baseado em mercadorias** (gestão, marketing e venda de produtos pecuários, até da linha vermelha, estabelecida por causa da febre aftosa);
- **Desenvolvimento de pequenos negócios** (incluindo o desenvolvimento de fornecedores e apoio ao comércio formal e informal);
- Investimentos no **capital humano**, em particular na educação, (incluindo o desenvolvimento da primeira infância, formação de professores, infra-estruturas e equipamento de educação, bem como programas de educação de adultos e desenvolvimento de habilidades); e
- **Meios de subsistência relacionados com a conservação** (incluindo o Programa Alargado de Obras Públicas para Protecção Ambiental e Infra-estruturas ou PAOPA).

COMO É QUE ESTES MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PODERÃO MUDAR NO FUTURO?

A viabilidade de cada um destes sectores no futuro continuará a ser influenciada por uma vasta gama de forças motrizes, incluindo:

- Mudanças climáticas;
- Água (variabilidade da precipitação, mudanças na quantidade e qualidade da água);
- Crescimento populacional, mudanças demográficas e migração;
- Questões de direitos e reconhecimento (quer substantivos, como direitos humanos, direitos de uso e acesso da terra, acesso à informação, e processual, como direitos referentes à tomada de decisões);
- Decisões sobre o uso da terra;
- Políticas e instabilidade política, corrupção e burocracia;
- Questões económicas, incluindo incerteza global, taxas de câmbio, bem como exclusão, desigualdade, pobreza e desemprego;
- Doenças, incluindo humanas, de gado e da fauna e flora;
- Ameaças de segurança, incluindo conflito homem /animal, crimes da fauna e flora, segurança geral, questões de segurança e roubo transfronteiriço; e
- Redes sociais e tendências associadas.



ÂMBITO GEOGRÁFICO

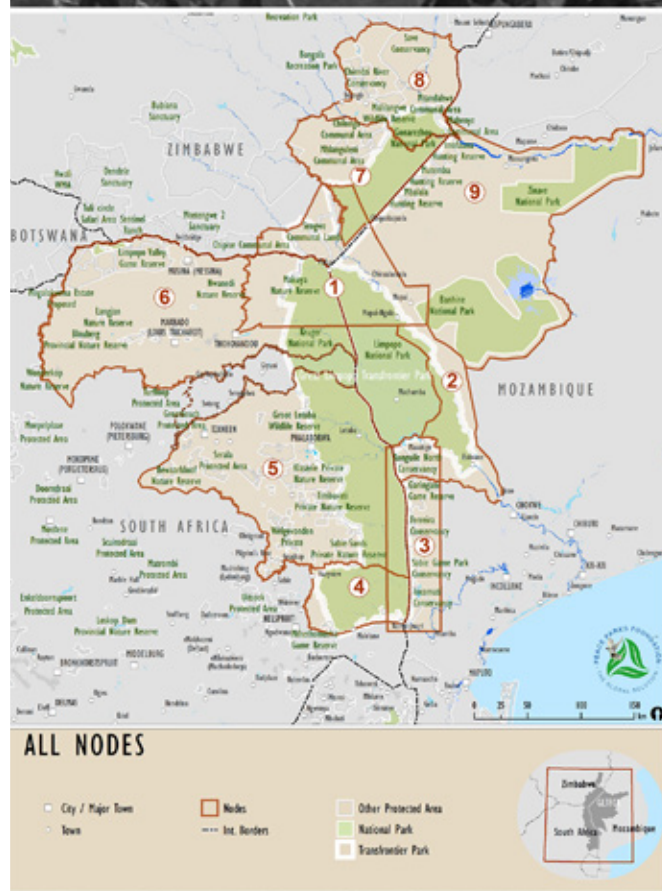
A presente estratégia é referente à ACTFGL no seu todo. Esta é uma área muito extensa que pode ser gerida com maior eficácia em blocos ou nós menores. Identificamos nove nós que acreditamos que nos vão permitir maior gestão estratégica da área no seu todo.

Estes nós são (não alistados em qualquer ordem de prioridade):

1. **Primeiro Nó:** Crooks Corner, que se estende a partir da zona de Mapai em Moçambique no este até ao Parque Sul Africano de Makunya / Corredor de Madimbo no oeste e a área de Malipati Safari no norte do Zimbabwe
2. **Segundo Nó:** Área de Massingir, incluindo aldeias da zona de apoio do PNL e todas as aldeias de reassentamento e comunidades de acolhimento, bem como a vila de Massingir, em Moçambique;
3. **Terceiro Nó:** Comunidades que vivem em volta da Greater Limpopo Conservacy (GLC) em Moçambique;
4. **Quarto Nó:** Mpumalanga / N4, incluindo áreas comunitárias ao sul do Parque Nacional de Kruger, de Hazyview a Komatipoort, incluindo todas aquelas limitadas pela R538 ao oeste e pela N4 ao sul na África do Sul;
5. **Quinto Nó:** A área incluída na Reserva da Biosfera de Kruger to Canyons, incluindo as vilas de Phalaborwa e Hoedspruit, bem como a vila de Giyani na África do Sul;
6. **Sexto Nó:** A área incluída na Reserva da Biosfera de Vhembe na África do Sul;
7. **Sétimo Nó:** Naivasha, a partir de Chilonga até Boli e Chikombedzi no Zimbabwe;
8. **Oitavo Nó:** Save / Mahenye, incluindo o corredor entre Save, Malilangwe e a parte norte do PNG, a Jamanda Community Conservancy na zona comunal de Mahenye e a vila de Chiredzi no Zimbabwe; e
9. **Nono Nó:** O corredor do PNG/ Zinave/ Banhine, que liga Moçambique e Zimbabwe.

Sobra a necessidade de estabelecer prioridades nas áreas em cada nó. Isto será feito pelos respectivos intervenientes locais responsáveis pela implementação da estratégia nesse nó.

Mapa 1: Os nove nós da ACTFGL na sua Estratégia de Diversificação de Meios de Subsistência





**ESTRATÉGIA INTEGRADA
DE DIVERSIFICAÇÃO DE
MEIOS DE SUBSISTÊNCIA
PARA A ACTFGL**

VISÃO

A visão que se segue foi criada pelos intervenientes da ACTFGL, na sequência de um exercício de troca de ideias no workshop em Mopani Rest Camp, de 16 - 17 de Fevereiro de 2016:

Florescer junto e em harmonia com a natureza

EXPLICAÇÃO DA VISÃO:

- **Florescer Junto (Parte um da visão):** entende-se que indivíduos, famílias, aldeias, comunidades, instituições ou países estejam a florescer quando estes forem empoderados e envolvidos no melhoramento dos seus meios de subsistência de forma que alcancem maior resiliência, bem estar aprimorado e auto-sustentabilidade. Significativamente, embora este elemento da visão crie espaços para os indivíduos florescerem, é antecedido por uma clara condição de que tal sucesso não deverá vir a custo do colectivo. Antes, a visão apresenta um entendimento de sucesso que honra as filosofias tradicionais Africanas de partilhar benefícios e celebração interdependências. A visão compromete, portanto, à ACTFGL a procurar formas de alcançar crescimento inclusivo e prosperidade (entre e nos agregados, famílias, aldeias, comunidades, instituições e países).
- **Harmonia com a Natureza (Parte dois da visão):** Em harmonia com a natureza significa proteger e restaurar o capital e os recursos naturais enquanto se evita conflito com a necessidade de proteger e restaurar as comunidades. Em outras palavras, a nossa concepção de harmonia implica, primeiro, que o acto de florescer deve complementar e aprimorar os objectivos de conservação e, segundo, que os objectivos de conservação devem contribuir para protecção e restauração do bem estar humano. Esta tensão é fundamental para o desafio de desenvolvimento sustentável. Manter um equilíbrio pode exigir compromissos. Estes precisam de ser feitos de forma equitativa que não desgaste a resiliência dos sistemas socio-ecológicos ou prejudique as gerações futuras.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES:

Os princípios orientadores incluem:

- Apoiar o acesso das comunidades aos benefícios do ecossistema e culturais (bens e serviços);
- A posse dos recursos ou o direito de uso dos mesmos deverá ser descentralizado ao nível mais baixo possível;
- 'Aprendemos fazendo' e portanto, aplicamos princípios de gestão adaptativa;
- Alcançamos mais trabalhando em colaboração além fronteiras, a nível local, distrital, provincial, nacional e transnacional.
- Reconhecemos que, como fauna e flora, as ecologias sociais não são limitadas ou definidas por fronteiras administrativas. É importante apoiar ligações transfronteiriças mais profundas.



MISSÃO

Acreditamos que a visão pode ser alcançada quando os intervenientes da ACTFGL envidarem esforços no sentido de:

TORNAREM-SE CIDADÃOS MAIS RESPONSÁVEIS (NUM OLHAR VOLTADO PARA DENTRO), VIZINHOS MELHORES (NUM OLHAR VOLTADO PARA O EXTERIOR) E ADMINISTRADORES MAIS SÁBIOS (EM PROSPECTIVA).

EXPLICAÇÃO DA MISSÃO:

Os intervenientes da ACTFGL (em particular os titulares de responsabilidades, tais como o CGC do PTGL, as agências de implementação em cada país, as autoridades das áreas protegidas e outras locais, com mandato para centrarem-se no desenvolvimento) concordam apoiar os intervenientes locais (titulares de direitos) a aumentar e diversificar os seus meios de subsistência por si próprios, tornando-se:



NUM OLHAR VOLTADO PARA DENTRO

Cidadãos responsáveis reconhecendo, proactivamente, e gerindo os impactos que tem sobre as pessoas em sua volta (num olhar voltado para dentro): Aumentar o benefício líquido das áreas protegidas para as populações locais, através da minimização dos impactos negativos de viver numa área protegida e nas suas proximidades. Aumentar a habilidade dos indivíduos, agregados familiares e comunidades extraírem benefícios positivos (incluindo bens e serviços do ecossistema associados à gestão eficaz da base de recursos naturais, bem como benefícios e serviços localmente definidos);



NUM OLHAR VOLTADO PARA O EXTERIOR

Bons vizinhos, que apoiam as aspirações e iniciativas daqueles que vivem ao lado (num olhar voltado para o exterior): Apoiar diversas oportunidades e iniciativas de meios de subsistência na área para o benefício dos indivíduos, agregados familiares e comunidades locais, especialmente, onde estes não estejam em conflito com os imperativos de conservação; e

EM PROSPECTIVA

Administradores sábios, cuidando e protegendo o ambiente enquanto se preparam para o futuro (Em prospectiva): Prevenindo, mitigando e adaptando-se a factores-chave de mudança, incluindo previsões de mudanças climáticas (abalos, perdas e impactos). Isto envolve envidar esforços para maior justiça climática.



A ESTRATÉGIA

A presente estratégia proporciona orientação sobre como identificar as formas mais prudentes de intervir, de forma sustentável, nos meios de subsistência locais. É necessária atribuição de prioridades porque os recursos (tempo, esforço, orçamento, interesse dos intervenientes) são escassos e a maioria das intervenções para os meios de subsistência podem ser classificadas como tendo algum impacto positivo. Há, igualmente, uma vasta gama de intervenções possíveis, da escala micro até a escala internacional e de intervenção imediata à intervenção a longo prazo. Como tal, há necessidade de identificar o uso mais eficiente de recursos, responsável e com respeito, para alcançar a visão e a missão. É notável que estas intervenções podem envolver a exploração de oportunidades ou lidar com os constrangimentos que prevalecem.

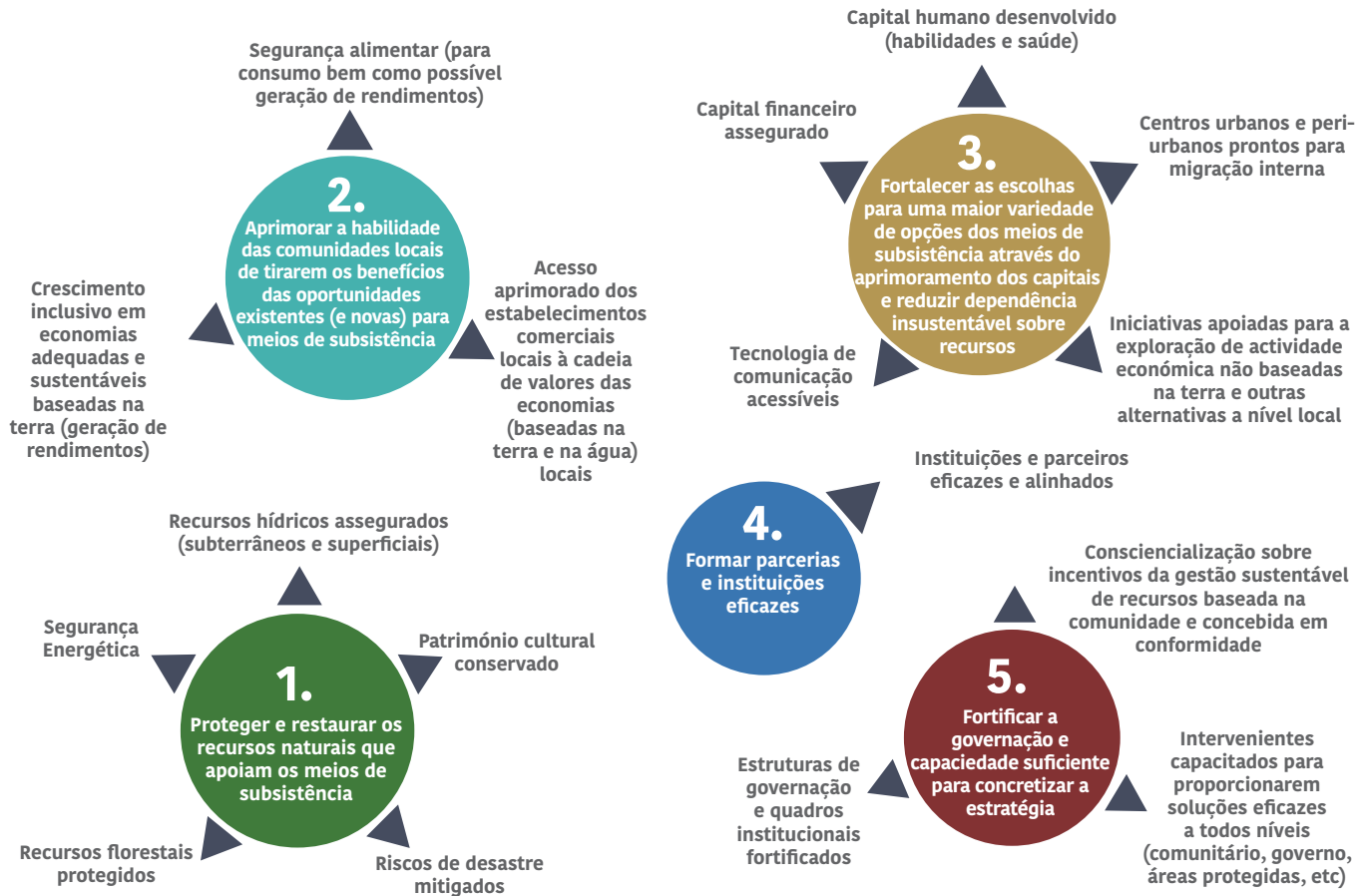
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E METAS ESTRATÉGICAS

Uma avaliação de bens e serviços do ecossistema ajudou-nos a identificar os cinco objectivos estratégicos seguintes, como sendo os que apresentam a melhor forma de alcançar a visão e a missão:

Estes cinco objectivos formam os pilares da estratégia para a ACTFGL. Cada um é apoiado por um conjunto de metas estratégicas que informam uma vasta gama de intervenções ilustrativas que podem ser apoiadas.



STRATEGIC GOALS



IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

PAPEIS E RESPONSABILIDADE

O CGC do PTGL é responsável por definir uma estratégia partilhada. Contudo, as agências de implementação da ACTFGL, em parceria com intervenientes locais (parques nacionais, governo, sociedade civil e sector privado) mantém a responsabilidade pela implementação. A presente estratégia tem em vista servir de documento de orientação, estabelecendo o quadro para orientar o foco e a estruturação de planos de implementação nodal para cada nó. Estes podem ser desenvolvidos para Quadros de Conservação e Desenvolvimento (QCDs) que incluem uma Avaliação Situacional detalhada e uma componente de plano director ou um plano de implementação mais simples. Ambos devem, pelo menos, estabelecer uma priorização das metas estratégicas e uma lista de projectos ou intervenções a que o nó se empenha. Quer no caso de QCD ou de plano de implementação, o foco deve ser no cumprimento dos objectivos estratégicos, missão e visão da ACTFGL. Foi apresentada uma série de projectos de estratégias nodais na secção subsequente. Estas permanecem abertas a ajustes nos processos de planificação subsequentes necessários por parte dos intervenientes que operam ao nível nodal.

PRIORIZAÇÃO DAS METAS ESTRATÉGICAS

A estratégia da ACTFGL afirma que é importante equilibrar intervenções a longo prazo que podem, de forma sustentável, mudar o ambiente em que são implementadas com actividades imediatas e a curto prazo de formação de grupos e de apoio aos meios de subsistência. Igualmente, enquanto são necessária várias intervenções à escala transfronteiriça e macro (regional) para permitir outras oportunidades de meios de subsistência há, igualmente, necessidade de assegurar que estes ou outros benefícios sejam acumulados e distribuídos de forma eficaz aos níveis meso (comunitário) e micro (agregados familiares), um passo que, por vezes, tem sido negligenciado, historicamente. Embora não seja responsabilidade directa da ACTFGL e agências associadas de implementação prestar todas estas intervenções, é seu interesse e mandato procurar e apoiar iniciativas que se concretizam ao longo desta ordem de escalas e horizontes temporais. A matriz abaixo propõe uma abordagem para a periodização das metas estratégia. Prevê-se que os atores de cada nó mapeiem as suas intervenções existentes e planificadas num quadro similar durante a planificação para implementação. Isto apoiará a planificação coordenada através da identificação imediata de oportunidades para sinergias, duplicação e lacunas estratégicas.

Priority/ Scale	Urgent (Year 1)	Important (Years 2 - 5)	Aspirational (Years 5 - 15)
Macro	Secure water resources Strengthen institutions	Secure water resources (cont.)	Support linkages to peri-urban and urban areas
Meso	Support partnerships Build capacity	Protect/ restore natural resources Inclusive growth	Support alternatives/ diversified economies
Micro	Food security	Energy security Supply chain Human capital	Financial capital Communication technology

Figura 4: Matriz de priorização

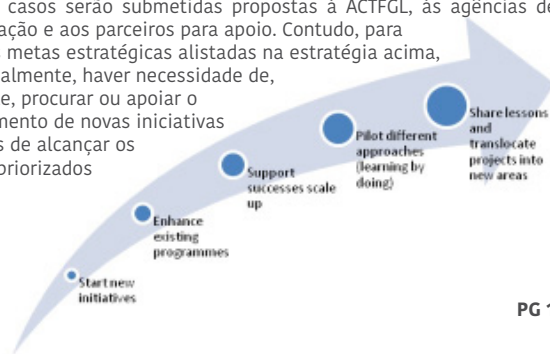
Nota: Uma boa estratégia equilibrará as intervenções feitas aos níveis macro, meso e micro e, igualmente, iniciará intervenções urgentes mas também planificará intervenções mais complicadas, porém, sustentáveis a médio e longo prazos.

ABORDAGENS

A estratégia procura identificar o uso mais racional dos recursos para alcançar a visão e missão. Há várias formas para alcançar este fim, conforme o gráfico abaixo:

Figura 5: Abordagens para o Apoio

Em muitos casos serão submetidas propostas à ACTFGL, às agências de implementação e aos parceiros para apoio. Contudo, para alcançar as metas estratégicas alistadas na estratégia acima, poderá, igualmente, haver necessidade de, activamente, procurar ou apoiar o estabelecimento de novas iniciativas no sentido de alcançar os objectivos prioritizados acima.



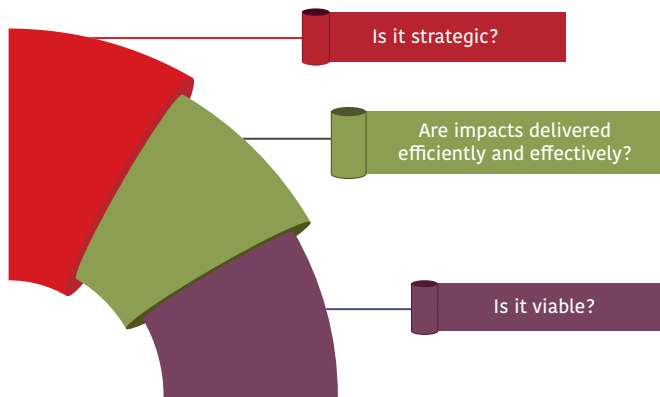
SELECÇÃO DE PROJECTOS PARA APOIO

Sejam as actividades levadas à atenção da ACTFGL ou proactivamente procuradas, em todos os casos, a presente estratégia propõe uma abordagem padronizada para a avaliação de possíveis intervenções para apoio. O objectivo deste 'sistema de filtragem' é apoiar os órgãos de tomada de decisão a tomar decisões adequadamente objectivas defensáveis sobre como melhor usar recursos escassos. Este sistema de filtragem tem três crivos ou filtros, nomeadamente:

- Um conjunto de **objectivos estratégicos**;
- Comparações relativas ao **impacto**; e
- Um conjunto de considerações sobre **viabilidade**.

O processo de selecção de projectos precisará de ser concretizado através de acordos extensivos com intervenientes locais (beneficiários) em cada passo no sistema de filtragem. Está disponível um modelo junto ao CGG para apoiar a selecção de projectos.

Figure 6: Filter



FILTRO 1: OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O alinhamento com os cinco objectivos estratégicos serve como a forma mais eficaz para assegurar que os projectos estejam a apoiar os elementos da visão, missão e estratégia. As intervenções não serão consideradas para apoio se não estiverem em conformidade com o seguinte:

- Não devem subverter o objectivo estratégico um;
- Devem alcançar, pelo menos, um dos objectivos que constam dos objectivos estratégicos de um a três; e
- Devem ser concebidas para assegurar apoio aos objectivos estratégicos quatro e cinco.

FILTRO 2: EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E IMPACTOS

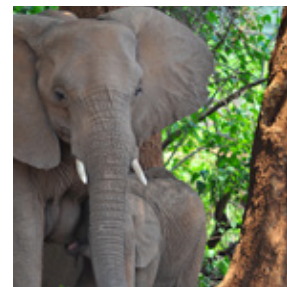
O filtro comparativo procura identificar como melhor canalizar recursos num ambiente onde há várias propostas concorrentes para consideração. Assim sendo, é proposto que sejam considerados quatro elementos-chave, nomeadamente:

- **Eficiência de custos** da intervenção;
- A **eficácia do** projecto na concretização dos impactos;
- A **natureza** do seu impacto; e.
- A **escala e a calendarização** dos impactos realizados

FILTRO 3: CONSIDERAÇÃO DA VIABILIDADE

Projectos que tiverem sido tidos como sendo estratégicos, eficazes e eficientes devem, ainda assim, mostrar-se viáveis. O filtro de viabilidade centra-se em:

- Viabilidade financeira e o modelo comercial da intervenção;
- Riscos, salvaguardas e consequências indesejadas;
- Um conjunto de considerações políticas, económicas, sociais, tecnológicas, jurídicas e ambientais;
- Interesses por parte de potenciais financiadores e o mercado; e
- Adesão dos intervenientes e disponibilidade de um campeão.



PROTEGER

FORTIFICAR

AUMENTAR

EDIFICAR

EMPODERAR

**NODAL
STRATEGIES**

PRIMEIRO NÓ

PAFURI/ SENGWE

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

- Moçambique: distritos de Chicualacuala e Mapai, incluindo os postos administrativos e localidades de Pafuri e Vila Eduardo Mondlane. A área inclui Salane, a comunidade de acolhimento na qual duas aldeias do Parque estão em processo de reassentamento (Makandazulo A e B) e 17 aldeias na zona norte da zona tampão ou de apoio. estas aldeias de reassentamento e de tampão serão, igualmente, tratadas como parte do nó (2) Greater Massingir.
- África do Sul: O Distrito Municipal de Vhembe (municípios locais de Mutale e Thulamela).
- Zimbabwe: Província de Masvingo, Distrito de Chiredzi, incluindo Sengwe (alças 13, 14 e 15) e Província do Sul de Matebeleland, Distrito de Beit Bridge, incluindo Tshipise (ala 1).

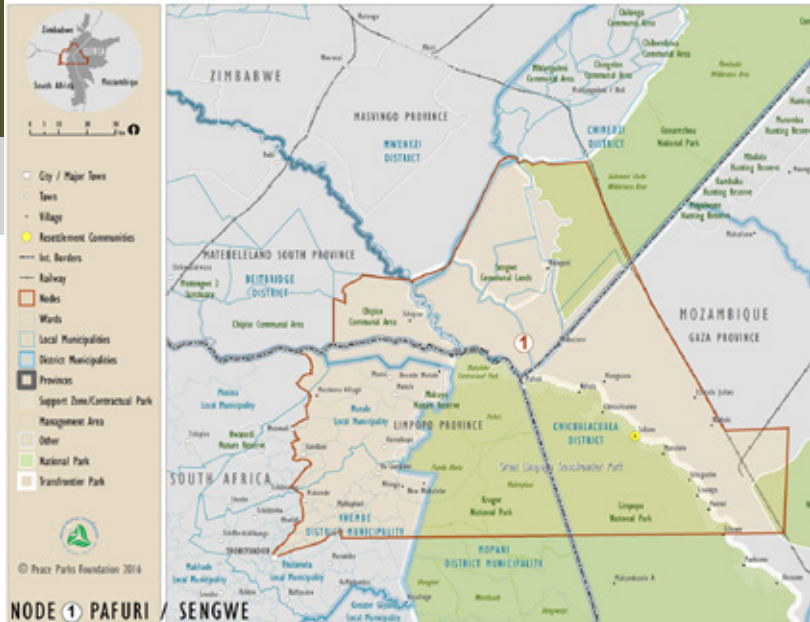
ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ:

Com base numa análise situacional simples, os objectivos estratégicos e temas da ACTFGL são melhor aplicados neste nó da seguinte forma:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

Isto é particularmente importante no triângulo Nuanetsi em Moçambique, no corredor de Madimbo na África do Sul e no corredor Sengwe/ Tshipise no Zimbabwe, todas são extensões de terra da comunidade que não são usadas para povoação, mas que foram reservadas para efeitos de conservação e oportunidades económicas associadas (caça, criação de espécies bravias e outras). Estes ecossistemas saudáveis podem oferecer bens e serviços extensivos às comunidades locais. A estratégia recomendaria um foco em iniciativas de gestão de segurança hídrica, bosque e prado nestas áreas juntamente com desenvolvimento de economias locais que desenvolvam



apoio à conservação através da concretização de benefícios (por exemplo: turismo consumptivo, acordos de biodiversidade, pecuária de espécies bravias - extensiva, em oposição à pecuária de espécies bravias intensiva). Priorização da desminagem da área ao longo do corredor Sengwe Tshipise. A quarta prioridade é a Reserva Natural de Makuya, onde se está a considerar um possível processo de transferência de LEDET para o PNK como forma de melhor proteger e aumentar os recursos naturais. Faz-se referência à partilha de benefícios com as comunidades ao redor (por exemplo; Awelani).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA ÀS COMUNIDADE LOCAIS ATRAVÉS DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

Os meios de subsistência existentes, baseados na terra neste nó incluem turismo de gama alta e baixa (fotográfico e consumptivo) onde o foco deve ser no apoio aos habitantes locais a tirarem mais benefícios destas actividades através de posse, emprego e acesso às cadeias de fornecimento. Produtos turísticos transfronteiriços e culturais podem ser aprimorados

para elevar o turismo para a região e intervenções de acesso tornarão toda a rota mais viável. Há, igualmente, agricultura de subsistência, pecuária e colheita de PFNMs realizadas nesta área que carecem de apoio, em particular, para aprimorar a produtividade destas actividades.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIO AO ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA/REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

Há uma oportunidade significativa e positiva para reduzir a dependência sobre a terra através do desenvolvimento do capital humano na medida em que as comunidades locais podem aceder à educação e habilidades através de campus satélite SAWC localizados em Tshikondeni. Isto apoia as alternativas de subsistência, em particular, onde os cursos não forem exclusivamente centrados na conservação e no ecoturismo. O desenvolvimento do capital financeiro deve, igualmente, ser apoiado (por exemplo: apoiar e aprimorar planos existentes de 'fomento' de gado em Moçambique).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Estabelecer e entrincheirar a nova Comissão de Gestão Conjunta do Parque apoiando, dessa forma, maior colaboração e coordenação. Assegurar que sobreposições com os nós da Reserva da Biosfera de Vhembe e do PNK sejam cuidadosamente geridas e reciprocamente reforçadoras.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

Todas iniciativas realizadas devem envolver grande investimento em estruturas de governação e responsabilidade comunitária. Em particular, a capacidade comunitária pode ser apoiada através de comissões de GRN baseadas na comunidade e conselhos locais de desenvolvimentos económico em Moçambique, o fórum do Parque de Makuya na África do Sul e os conselhos comunitários no Zimbabwe, tais como o Fundo de Desenvolvimento de Malipati e comissões de FOGUEIRAS nas aldeias.



SEGUNDO NÓ

O NÓ DO PNL INCLUINDO AS ALDEIAS DE REASSENTAMENTO E A ZONA DE APOIO

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

As aldeias de reassentamento incluem comunidades de acolhimento:

- Salane (norte)
- Mucatine (península do sul)
- Chinhangane (ao oeste)
- Banga
- Macuachane (nota: esta está na zona tampão)

48 comunidades ou aldeias da zona tampão em 3 distritos:

- 18 nos distritos de Chicualacuala e Mapai (localidades – Mapai e Pafuri)
- 19 em Mabalane (localidades - Ntlavene e Combomune)
- 11 em Massingir (nas localidades - Zulo e Mavodze/ Macuachane)

Esta área inclui a vila de Massingir, que é partilhada com o nó (3) da GLC bem como todas as aldeias de reassentamento e comunidades de tampão, incluindo as abrangidas pelo nó Crooks Corner. Embora o nó seja demarcado pela zona tampão, é de referir que este inclui as aldeias de reassentamento antes do reassentamento (isto é: as aldeias do PNL).

Em iterações futuras da estratégia da ACTFGL, o foco pode ser extensivo às comunidades fora do PNL mas, actualmente, esta é uma prioridade terciária e, portanto, não é o foco da presente estratégia, com excepção para o caso de Massingir.

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

O foco é tanto na abordagem dos constrangimentos dos meios de subsistência e nos impactos negativos quanto no desenvolvimento de oportunidades, em particular, dado o baixo nível de actividade económica no nó (como a restituição dos meios de subsistência após o reassentamento e melhoramento do acesso).



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

- Aldeias de reassentamento e comunidades de acolhimento: O foco primário para este nó é na restituição dos meios de subsistência e na compensação como parte do programa de reassentamento, que permite que o PNL seja criado conforme é, actualmente, conceptualizado. Isto implica um foco na posse e acesso da terra/acordos de uso bem como no restabelecimento de meios de subsistência (segurança energética, alimentar e hídrica).
- Comunidade Tampão: Para além disso, uma prioridade secundária é nas comunidades que vivem na zona tampão ou de apoio do parque. Aqui o foco é em intervenções de segurança hídrica e no conflito homem/animal (como gestão de doenças em populações de espécies bravias, predação, destruição de culturas).
- GRNBC: Desenvolver apoio para actividades de conservação através da partilha ou concretização de benefícios associados à gestão de recursos da fauna e flora / naturais.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA AS COMUNIDADES LOCAIS ATRAVÉS DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIAS EXISTENTES OU NOVOS:

O Parque é o impulsionador económico primário na região, tanto na fase de estabelecimento como nas fases de operações futuras (dadas as receitas projectadas do turismo). As comunidades locais beneficiar-se-ão das operações do Parque através dos legislados 20% das receitas do turismo direccionadas às comunidades. Contudo, até que este se torne um fundo significativo, o foco a curto prazo será em ajudar as populações locais a ganhar acesso à cadeia de valores na fase de estabelecimento do Parque (incluindo reassentamento, fornecimento de espécies bravias, construção e manutenção de instalações, gestão do parque). Isto não deverá excluir as comunidades que ainda aguardam reassentamento. Para além disso, há oportunidades de apoio e desenvolvimento dos planos de irrigação existentes e expandi-los para todas as aldeias que acolhem os reassentados. Esforços podem ajudá-los a aceder a novos mercados. Existem, igualmente, oportunidades para aquacultura na barragem de Massingir. (A agricultura comercial é proposta para esta área, porém, entende-se que a MAI já não está a exercer esta actividade neste momento).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA/REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

Apoiar o capital humano com foco na saúde (incluindo o apoio às iniciativas existentes ONE health e malária), educação e no desenvolvimento de habilidades (para adultos bem como DPI e intervenções de escolarização) e desenvolvimento da juventude. Apoiar, igualmente, o capital financeiro (acesso a subvenções, onde for relevante, poupanças, fluxo de receitas, planos existentes de fomento comunitário de gado, etc. A vila de Massingir pode servir de plataforma pela qual se pode desenvolver opções não baseadas na terra e torná-las mais acessíveis, em particular, se forem procuradas ligações com outros centros maiores (como Chokwe e Xai-Xai).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Apoiar os esforços de restauração dos meios de subsistência do PNL como parte do programa de reassentamento, e assegurar um foco nos meios de subsistência na recentemente formada CGCP com o PNK. Apoiar o recentemente estabelecido 'Fórum das ONG do PNL' ou 'rede das ONG do PNL' entre o parque e as organizações locais da sociedade civil. Isto vai aprimorar as instituições e os esforços existentes na região

consideravelmente. Todas as iniciativas devem ser concretizadas através da formação de parcerias com um conjunto de vários intervenientes, incluindo as comunidades (beneficiários), doadores, ONGs/CBOs (incluindo a FONGA), o sector privado, as áreas protegidas e os governos locais.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

Todas as iniciativas realizadas devem envolver grande investimento em estruturas de governação e responsabilidade comunitária. Isto inclui apoiar às comissões existentes para GRN baseada na comunidade e conselhos locais para o desenvolvimento económico bem como à comissão do Parque. A legislação sobre a terra, governação comunitária associada e intervenções na capacidade, realizadas por ONGs locais, podem ser apoiadas. Há, igualmente, necessidade de apoiar a integração socioeconómica entre as famílias reassentadas e as comunidades de acolhimento para evitar conflitos e para aumentar a probabilidade de êxito no reassentamento.



TERCEIRO NÓ

GREATER LEBOMBO CONSERVANCY

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

A GLC será, em breve, uma conservação recentemente constituída, que transpõe os distritos de Magude e Moamba na Província de Maputo, bem como o distrito de Massingir na Província de Gaza. Desenrola-se ao longo da fronteira Moçambique / África do Sul e é, portanto, uma iniciativa transfronteiriça futura.

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

A GLC representa uma abordagem impulsionada pelo sector privado que procura estabelecer e manter relações positivas entre as comunidades e as concessionárias. O foco está no desenvolvimento de uma visão partilhada para a área entre as concessionárias e em assegurar que esta se traduza em benefícios para as comunidades locais. Isto deve ser apoiado pelo aprimoramento da participação comunitária na gestão e partilha de benefícios. Isto é direccionado tanto às comunidades ao longo da GLC como às da vila de Massingir, que é um foco partilhado com as AP do sector público para o norte através do nó (2) do PNL.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

Apoiar a viabilidade da Greater Lebombo Conservancy, incluindo do ponto de vista institucional e económico. Isto inclui apoiar os respectivos modelos de negócio e actividades comerciais (como turismo e caça). (A GLC está a ser formalizada e incluída na ACTFGL).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

Foco em apoiar às comunidades locais a tirar benefícios do turismo consumptivo e não consumptivo (como criação de empregos e oportunidades



de cadeias de fornecimentos). Onde a caça não for praticada, procurar outras formas de apoiar o benefício das comunidades locais (como criação de espécies bravias a pequena e grande escalas). Foco na segurança hídrica e alimentar nas aldeias locais (aumentando a produtividade de actividades de subsistência). Apoiar qualquer implementação de seguimento da Análise de Meios de Subsistência Alternativos para Conservação da USAID, bem como as várias propostas de agricultura comercial da JCF nesta área (como milho a regadio, cogumelos, mopani, aquacultura e oportunidades de marula).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA/REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

O foco aqui é no capital humano (educação e saúde), capital financeiro (planos de fomento existentes ou novos) e desenvolvimento da juventude.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Assegurar e apoiar um foco nos meios de subsistência na recentemente estabelecida GLC e CGCP associada com a ANAC e a SNAParks/PNK. Procurar, igualmente, formas de trabalhar com organizações da sociedade civil activas nesta área (como a Fundação Joaquim Chissano e o Fórum das ONGs da Província de Gaza - FONGA).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

Todas as iniciativas realizadas devem envolver investimento extensivo nas estruturas de gestão e responsabilidade comunitária. Trabalho preliminar a ser realizado pela WWF / SAWC em Mangalana, em volta de 'companhias da aldeia', 'orçamentação participativa e baseada em actividades' e a distribuição de receitas podem ser replicadas de forma mais ampla. A legislação sobre a terra e governação comunitária associada e intervenções na capacidade, realizadas por ONGs locais podem, igualmente, ser apoiadas.



QUARTO NÓ

MPUMALANGA/ N4

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

Estas são áreas peri-urbanas e comunitárias em expansão para o oeste do Parque Nacional de Kruguer a partir de Hazyview para Komatipoort, incluindo todas aquelas delimitadas pela R538 para o oeste e pela N4 ao sul. A maior parte deste nó é abrangida pelos municípios locais de Nkomazi e Mbombela (Município distrital de Enhlanzeni) mas uma secção muito pequena para o norte é, igualmente, abrangida pelo município local de Bushbuckridge. Esta inclui duas entidades-chave que reivindicam terra, a quem lhe fora atribuída no parque, nomeadamente: as comunidades de Nkambeni e Mdluli. O nó inclui várias reservas da MTPA, incluindo a reserva de Mthethomusha, gerida pela comunidade de Mpakeni que partilha os proveitos do turismo.

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

Para além dos programas Sul Africanos gerais, os programas que se seguem podem ser apoiados por vários intervenientes:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

o programa de administração prioriza o planeamento para o uso da terra e gestão de prioridades-chave da biodiversidade e de recursos naturais, incluindo áreas florestais corporativas. Este programa procura, igualmente, criar incentivos socioeconómicos para formar grupos para conservação. Várias terras comunais estão a ser incorporadas no PNK, incluindo as reservas de Mjejane e Methethomusha . O PNK está, activamente, a procurar formas de proteger os recursos naturais, dado que prioriza que os titulares de terra de Nkambeni e Mdluli explorem formas de traduzir as suas propriedades em valor, incluindo através de oportunidades na economia da fauna e flora e turismo. Como tal, há necessidade de assegurar que estes modelos proporcionem benefícios a estas comunidades.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR BENEFÍCIOS PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS: Conforme a descrição geral.



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA / REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS: conforme a descrição geral.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Neste nó, acordos cooperativos centram-se na SAN Parks, na MTPA bem como em vários departamentos do governo em Mpumalanga (como DARDLEA, DRDLR). O vários fóruns para água na área incluem o Crocodile River Forum, Sabie River Forum e a Agência de Gestão da Bacia Hidrográfica do Inkomati. As relações com a GLC podem, igualmente, ser apoiadas através da incorporação da nova CGCP.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

ACCOUNTABLE GOVERNANCE AND SUFFICIENT CAPACITY:

Supporting capacity at community owned as well as MTPA managed reserves falls under this objective.

INTERVENÇÕES GERAIS SUL AFRICANAS EXISTENTES: TODOS NÓS

A presente estratégia reconhece as outras várias estratégias e intervenções existentes para a área, incluindo a 'Estratégia Nacional para a Zona Tampão', Estratégia de Economia da Biodiversidade do DEA' (e a Estratégia para Economia da Fauna e Flora), vários planos provinciais e locais para a biodiversidade ou bioregionais, os programas de integração da GEF e AP da GEF. Para além disso, a SANParks e o PNK desenvolveram programas e planos extensivos em volta de um conjunto de prioridades. Estes estão alistados nos cinco objectivos estratégicos da ACTFGL e aplicam-se a cada um dos quatro nós que incluem o PNK (1,4,5,6)

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

Criar empregos através da protecção e restauração dos recursos naturais, como por exemplo: através do programa alargado de obras públicas (PAOB) do Programa Social da Biodiversidade (PSB). O programa de educação ambiental e o programa de colheita sustentável procuram, ambos, consolidar o apoio e consciencialização sobre a importância do ambiente e geri-lo de forma sustentável, enquanto facilitam acesso ao Parque e a locais associados de importância cultural, ancestral e espiritual. A abordagem adoptada para gerir e mitigar os impactos negativos através do programa de compensação da DCA é, igualmente, fundamental para alcançar a visão e a missão. Para além disso, o PNK é apoiado pelo programa de AP da GEF, que proporciona apoio à declaração e à governação, eficácia aprimorada da gestão das áreas protegidas da rede das AP, viabilidade socioeconómica aprimorada das áreas protegidas, apoio a fluxos alternativos de receitas bem como apoio ao PNK, a várias reservas da MTPA geridas pelo estado, várias reservas do LEDET geridas pelo estado, reservas na posse das comunidades e reservas privadas.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR O BENEFÍCIO PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA NOVOS E EXISTENTES:

Os benefícios são concretizados através do programa de emprego, que inclui emprego qualificado e experiência de trabalho não qualificado, na forma de programas alargados de obras públicas. A estratégia de beneficiação socioeconómica da SANParks trabalha, também, para concretizar benefícios através da criação de acesso preferencial à cadeia de valores para os locais

(como o programa de desenvolvimento de fornecedores e aprovisionamento preferencial) tal como o programa de infra-estruturas.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA / REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

Os programas CSI e de prestação de serviços do PNK incluem várias intervenções que apoiam meios de subsistência alternativos, em particular, apoio à educação a vários níveis. As concessionárias no parque e proprietários privados de terra fora do parque (como a APNR) também apoiam estas iniciativas.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Acordos cooperativos já existentes entre a SANParks, a MTPA, o LEDET, vários outros departamentos governamentais, o SANBI, os vários municípios distritais e locais, vários fóruns para água, reservas da biosfera, instituições académicas, sociedade civil e as comunidades.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

O PNK e parceiros trabalham com as comunidades locais no sentido de apoiar a boa governação e o desenvolvimento de capacidades, incluindo através da resolução de conflitos.



QUINTO NÓ

KRUGER TO CANYONS

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

Os limites deste nó seguem os da Reserva da Biosfera de Kruger to Canyons, com a vila de Phalaborwa ao norte e Bushbuckridge ao sul. Esta região transpõe duas províncias (Mpumalanga e Limpopo) e vários municípios locais (Bushbuckridge no Distrito Municipal de de Enhlanzeni e os Municípios locais de Greater Tzaneen, Lepele-Nkumpi, Maruleng, Greater Giyani e Ba-Phalaborwa no Distrito Municipal de Mopani). O foco deste nó é, igualmente, extensivo à vila de Giyani e arredores.

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

A presente estratégia reconhece as outras várias estratégias e intervenções existentes para este nó, incluindo as associadas ao PNK (conforme descrito no quarto nó) e a Reserva da Biosfera de Kruger to Canyons. Pode se entender que estas apoiam a estratégia de meios de subsistência da ACTFGL da seguinte forma:

Estratégia Nodal para a Reserva da Biosfera de Kruger to Canyons:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

A K2C está envolvida na criação de empregos que protegem e restauram o ambiente, tais como o Programa de Monitoria Ambiental. A Reserva de Mthimkhulu e a Lisbon estate estão, igualmente, a ser incorporadas no Parque. Aqui o foco é assegurar que os modelos comerciais concretizam benefícios a estas comunidades. O PNK está a negociar, também, a possível transferência da Fazenda de Letaba.



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

O PNK identificou Phalaborwa como um centro -chave para investimento no futuro, em particular, na antecipação dos impactos do encerramento da mina na economia desta vila a médio prazo. O PNK está a apoiar o programa Pastoreio para a Saúde com o seu programa de gestão das pastagens e intervenções de mercado associadas (como comércio baseado em mercadorias e um matadouro em Skukuza). As actividades de gado estão, igualmente, a ser apoiadas através da intervenção One Health. Programas de desenvolvimento de empreendimentos são concretizados através do SAWC, o Buffelshoek Trust e a várias reservas privadas (APNR) tendo, todas, programas de investimento social corporativo.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA / REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

A ONE Health está a gerir, activamente, questões de saúde no seio da fauna e flora, animais domésticos e populações humanas apoiando, assim, a formação do capital humano. Vários outros investimentos de ponta na saúde foram realizados na zona (como Sistema de Vigilância Sanitária e Sócio-demográfica WITS Agincourt e sistemas de informação sanitária na forma de Fonte de Saúde na clínica Bhubezi). O SAWC também desenvolve capital humano (educação) na medida em que este serviço é extensivo a estudantes de aldeias vizinhas. É feito investimento considerável na educação local.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

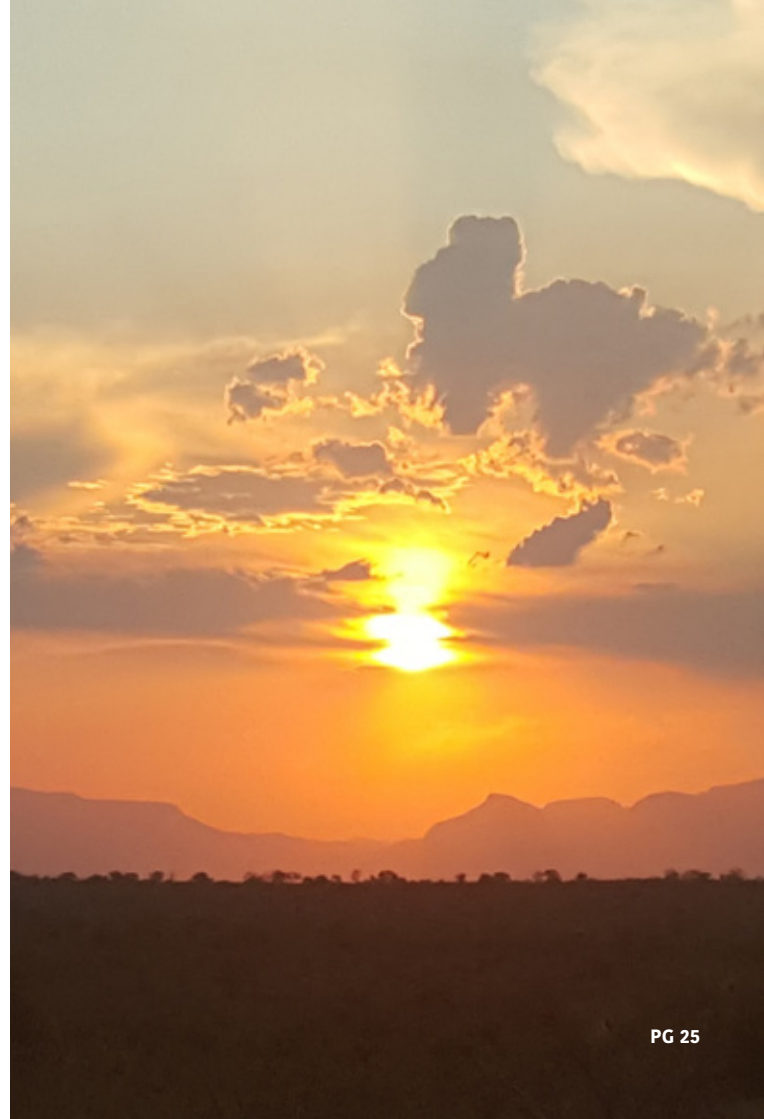
PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Já existem acordos de cooperação entre a SANParks, o LEDET e a MTPA. A Reserva da Biosfera de K2C e o SAWC facilitam, igualmente, coordenação entre parceiros e instituições, incluindo em volta do tema apoio aos meios de subsistência e gestão de informação associada.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

O foco é no apoio à capacidade e governação em comunidades que sejam proprietárias ou que gerem a terra (incluindo a terra relacionada à conservação e outra que fora restituída). A Wits Rural Facility e o PNK também proporcionam apoio aos fóruns para os rios e às comunidades, em termos de controlo da qualidade e reservas de água, desenvolvendo, assim, capacidade e apoiando os recursos naturais.



SEXTO NÓ

RESERVA DA BIOSFERA DE VHEMBE

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

O nó da Reserva da Biosfera de Vhembe, que sobrepõe-se, por parte, ao nó de Crooks Corner, inclui todas as comunidades abrangidas pelo limite oficial da Biosfera de Vhembe. Esta é uma área extensa que ocorre predominantemente no Distrito Municipal de Vhembe (municípios locais de Mutale, Thulamela, Musina e Makhado). Há uma pequena secção da reserva que ocorre, igualmente, no Distrito Municipal de Waterberg (município local de Blouberg). O foco de actividades neste nó será nas comunidades do limite oeste do PNK que estão fora do nó Crooks Corner. Este nó sobrepõe-se, igualmente, à ACTF Great Mapungubwe.

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

O PNK está a procurar, activamente, formas de proteger os recursos naturais dado que prioriza os titulares de terra de Mhinga, Gijana e Bevula e apoia-os a explorar formas de traduzir as suas propriedades em valor, incluindo através do desenvolvimento de instalações para ecoturismo e para a caça. Aqui o foco é assegurar, em todos os casos, que os modelos comerciais concretizem benefícios para estas comunidades.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

Conforme a descrição geral do PNK. Note, igualmente, o foco em Makuya, descrito de forma pormenorizada no nó de Crooks Corner.



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA / REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

Conforme a descrição geral. Note, igualmente, o foco no projecto Tshikondeni, descrito de forma pormenorizada no nó de Crooks Corner. Maior foco no apoio à capacidade de absorção de vilas maiores tais como Thoyandou e Musina pode ajudar os residentes desta longínqua região do norte da África do Sul a ter acesso a meios alternativos de subsistência (como por exemplo através da educação).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

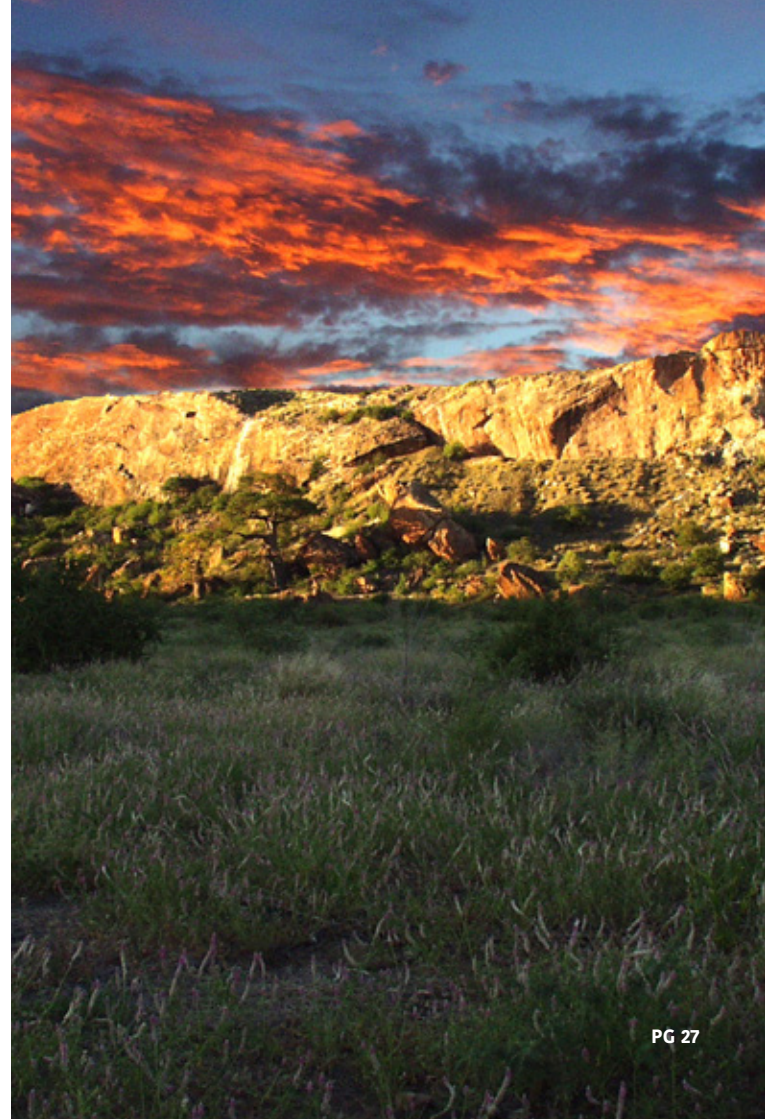
PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Já existem acordos de cooperação entre a SANParks e o LEDET e vários dos municípios locais. A Reserva da Biosfera de Vhembe é, igualmente, uma possível plataforma pela qual se pode aprimorar contactos entre parceiros

e instituições, incluindo em volta do tema apoio e desenvolvimento dos meios de subsistência. A sua capacidade deve ser apoiada. Maior colaboração entre institutos transfronteiriços, incluindo através da CGCP de Crooks Corner, pode ser encorajada.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5
GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

Apoiar a capacidade e governação em comunidades que sejam proprietárias ou que gerem terra (incluindo terra relacionada à conservação ou outra que fora restituída). A Wits Rural Facility e o PNK proporcionam, igualmente, apoio aos fóruns para os rios e às comunidades, em termos de controlo da qualidade e reserva da água, desenvolvendo, assim, capacidade e apoiando os recursos naturais.



SÉTIMO NÓ

NAIVASHA

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

Está área pertence ao distrito de Chiredzi na Província de Masvingo e inclui Matibi-2 (alas 6 - 12). Inclui a Naivasha Community Conservancy. A extensão deste nó vai de Chikombedzi até quase a Chilonga.

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

O foco nesta área é o estabelecimento da Naivasha Community Conservancy e o apoio a abordagens mais inovadoras e produtivas para a gestão da pecuária (em particular o gado) no sentido de assegurar que esta não esteja a concorrer com os objectivos de conservação.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

Os recursos naturais que são o foco nesta área são os de Naivasha Community Conservancy. O uso consumptivo e não consumptivo da terra baseado na fauna e flora é muito importante, uso da terra resistente à seca, ecologicamente sustentável e económico. Estes podem, igualmente, constituir base fundamental para a actividade económica no geral, a nível da aldeia, nesta região quente e árida. Para além disso, foco no apoio aos locais a tirarem benefícios da comercialização de GRNBC. Procura, igualmente, desenvolver novas intervenções para economia da fauna e flora, incluindo através da reabilitação das áreas para FOGUEIRAS, outros programas de GRNBC, desenvolvimento de conservações comunitárias da fauna e flora.



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA OS TERCEIROS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

Há necessidade de foco na segurança hídrica (recursos protegidos, assegurados) e segurança alimentar (cultivo, pecuária, PFNMs e outras formas). A pecuária é a actividade mais importante nesta área e, portanto, há necessidade de considerar apoiar o sector a tornar-se mais produtivo, enquanto se reduz a disputa pela terra. Deve-se explorar estratégias inovadoras de reabilitação e gestão do pastoreio (como: proporcionar acesso controlado e bem gerido aos prados, quer dentro ou fora das AP, incluindo através da alocação e restauração adequadas dos prados fora da AP). Aqui, a gestão de doenças é, igualmente, pertinente.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA / REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

Para além do foco nos capitais humano e financeiro, um foco importante, aqui, deve ser no melhoramento do acesso às grandes vilas (como estradas e pontes).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Apoiar o Fundo da Gonarezhou Conservation (a ser, actualmente, estabelecido como uma parceria entre ZPWMA e FZS). Um dos principais objectivos deste fundo é promover ligações mais sólidas entre o PNG e as comunidades circunvizinhas, bem como servir de catalisador para materializar o potencial de que o PNG dispõe para servir de importante impulsionador económico na região. Apoio à iniciativa WILD de múltiplos intervenientes ao iniciar a implementação do seu programa. Pode se procurar apoio e sinergias com outros grandes programas pecuários (como a FAO, Chilonga) enquanto se deve apoiar iniciativas agrícolas comunitárias, em particular, onde estas tiverem passado por períodos de falta de financiamento.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

Todas iniciativas realizadas devem envolver grande investimento em estruturas de governação e responsabilidade comunitária. Isto foi concebido como parte do processo de revitalização do programa de FOGUEIRAS.



OITAVO NÓ

SAVE/ MAHENYE, INCLUINDO O CORREDOR SAVE/ PNG E A MAHENYE COMMUNITY CONSERVANCY

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

O nó Save/ Mahenye inclui o corredor entre Save, Malilangwe e a parte norte do PNK, bem como a Jamanda Community Conservancy na área comunal de Mahenye e a vila de Chiredzi. Este pertence, largamente, ao Distrito de Chiredzi na Província de Masvingo (alas 22, 3, 4, 5, 32) e ao Distrito de Chipinge na Província de Manicaland (alas 29, 30, 25).

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

O foco nesta área é apoiar as iniciativas de turismo existentes a desenvolverem de forma mais inclusiva.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

Uso consumptivo e não consumptivo da terra baseado na fauna e flora são importantes nesta área. A área da Selva de Jamanda é uma área não utilizada, que não é caçada mas sim, conservada como área pristina. Isto precisa de ser apoiado e reconhecido através do desenvolvimento de fluxos de receitas sustentáveis para a comunidade de Jamanda. No Save, os usos consumptivos são mais comuns, tal como em outras áreas para FOGUEIRAS em volta do PNG. Estas também carecem de apoio, em particular, à luz da suspensão da importação dos troféus de caça do elefante, provenientes do Zimbabwe, pelos EUA.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

Apoiar as áreas protegidas existentes a alcançar maior crescimento inclusivo (PNG, Malilangwe, Mahenye/Chilo, Save) é o foco principal nesta área. Pode-se rastrear e apoiar iniciativas de turismo cultural a serem desenvolvidas pelo Gaza Trust. Para além disso, é essencial um foco na segurança hídrica



(fontes asseguradas e protegidas) e na segurança alimentar (cultivo, pecuária e PFNMs e outras formas). A pecuária é uma actividade importante nesta área, tal como a agricultura. Como tal, há oportunidades para explorar estratégias inovadoras de reabilitação e gestão do pastoreio (conforme o nó de Naivasha) bem como agricultura de subsistência eficiente do ponto de vista hídrico e possivelmente até de agricultura comercial de pequena escala.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA / REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE RECURSOS:

Para além do foco nos capitais humano e financeiro, aqui, um foco importante é nas infra-estruturas para permitir que a vila de Chiredzi sirva de plataforma pela qual se pode desenvolver opções não baseadas na terra e tornadas mais acessíveis aos intervenientes locais, tanto neste como no nó de Naivasha.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4 PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

Apoiar o Fundo Gonarezhou Conservation. Apoiar a iniciativa WILD de múltiplos intervenientes ao iniciar o seu programa. Considerar, igualmente, apoiar maior integração de aprendizagens nos atores do sector privado e entre estes, neste e noutros nós (como aprendizagens sobre o desenvolvimento de empreendimentos).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5 GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

Todas iniciativas realizadas devem envolver grande investimento em estruturas de governação e responsabilidade comunitária. Isto foi concebido como parte do processo de revitalização do programa de FOGUEIRAS.



NONO NÓ

CORREDORES DE BANHINE E ZINAVE

ANÁLISE SITUACIONAL

DELIMITAÇÃO

Esta secção identifica as comunidades associadas aos Parques Nacionais de Banhine e Zinave (doravante designados por Banhine e Zinave) bem como os corredores de fauna bravia planificados entre estes, o PNL e o PNG. Este constitui um nó importante na medida em que liga Moçambique e Zimbabwe. A área abrange também três províncias de Moçambique (Gaza, Manica e Inhambane). Os principais distritos deste nó incluem Massangena, Chicualacuala e Mabalane da província de Gaza e Chigubo, e Mabote na província de Inhambane (Machaze na província de Manica e Govuna em Inhambane, constituem uma proporção insignificante deste nó).

ESTRATÉGIA APLICADA A ESTE NÓ

Esta área é pobre, seca, remota e, como tal, bastante incipiente. Existem, porém, várias vias de acesso para a área (ferrovia e estrada), que incluem a ferrovia e a estrada recentemente pavimentada no troço entre os distritos de Chicualacuala e Mabalane. Recentemente, existe um interesse renovado por esta área com a segurança do financiamento para o desenvolvimento da fase primária dos Parques Nacionais de Zinave e Banhine.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

PROTEGER E RESTAURAR OS RECURSOS NATURAIS:

O restabelecimento dos corredores de fauna deve ser reforçado por iniciativas de desenvolvimento comunitário, bem como intervenções com vista a gerir o potencial impacto negativo sobre as comunidades residentes dentro e ao redor dos Parques. Os conflitos decorrentes do uso da zona fronteira (tais como os impactos da criação de gado na área húmida no leste de Banhine) também requerem um foco concertado de apoio às actividades de subsistência que não entrem em conflito com os objectivos de conservação (por exemplo, ajudar na mudança das práticas de criação de gado). Estas podem incluir a provisão de fontes alternativas de abastecimento àgua,



vedação, bem como o desenvolvimento da comunidade ao redor dos limites do Parque. É também importante assegurar a existência de um programa associado de gestão de doenças para lidar com os riscos sobre a fauna, gado e pessoas. O melhoramento da segurança do abastecimento de água para as comunidades constitui também prioridade e pode potencialmente ser conjugado com os esforços de abastecimento de água à fauna, na medida em que os respectivos corredores são estabelecidos. As intervenções energéticas são importantes para a redução de carvoejamento na área.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA OS LOCAIS ATRAVÉS DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EXISTENTES OU NOVOS:

Na medida em que se faz investimentos na conservação e actividades turísticas associadas, existe a necessidade de encontrar formas para beneficiar as comunidades locais (como por exemplo, através de emprego, prestação de serviços, intervenções de cadeia de fornecimentos – por exemplo, produção faunística para venda junto aos parques). Um estudo

sobre as pessoas que vivem na área, os impactos destas sobre as áreas protegidas e vice-versa, poderia ajudar no processo de identificação de oportunidades. Alguns desses estudos estão em curso, mas poderão ser extrapolados com vista a incluir mais recolha e análise qualitativa de dados.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3

APOIAR O ACESSO A UMA MAIOR VARIEDADE DE OPÇÕES DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA/ REDUZIR A DEPENDÊNCIA SOBRE OS RECURSOS:

A educação e saúde constituem investimentos importantes para apoiar o desenvolvimento do capital humano na área.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

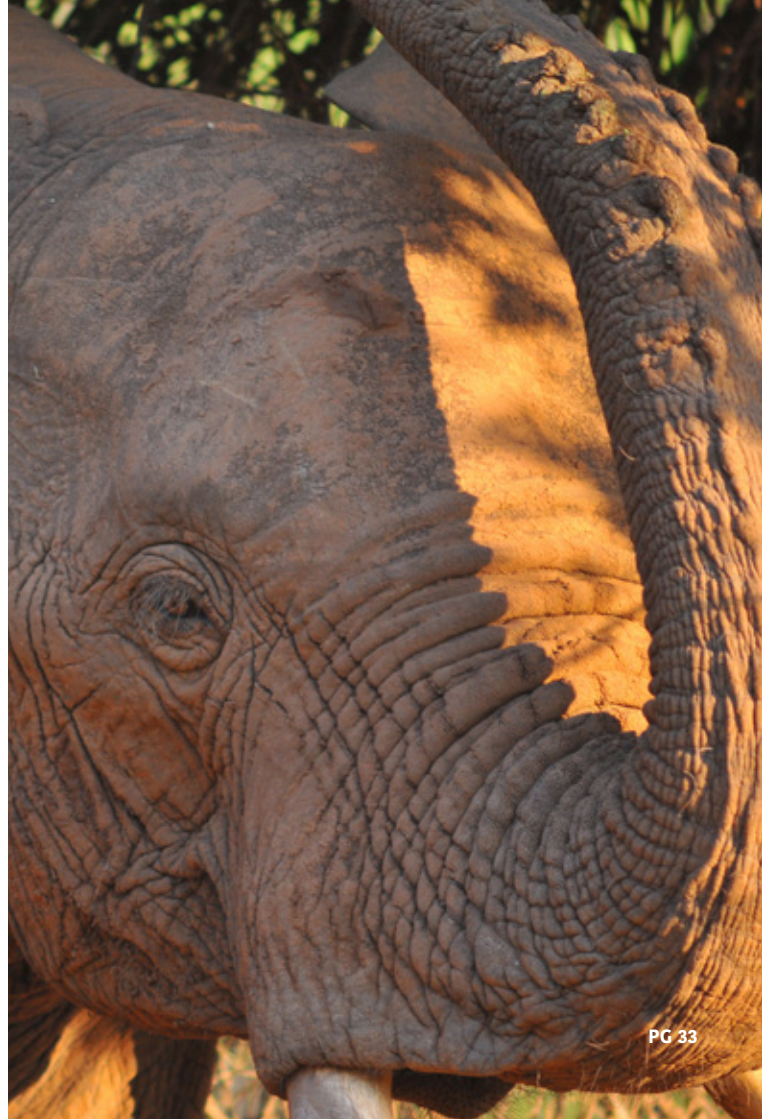
PARCERIAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES:

As coutadas nos limites do PNG em Moçambique estão em processo de se tornar conservação (com base no modelo GLC). Isso permitirá o estabelecimento de uma Comissão Conjunta de Gestão do Parque entre Moçambique e Zimbábue. Estes devem ser, conjuntamente, reforçados pela crescente capacidade nos parques nacionais de Banhine e Zinave.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E CAPACIDADE SUFICIENTE:

É necessário ajudar as comunidades no acesso e uso dos 20% de rendimento previstos por lei.



GESTÃO DO PROGRAMA



PARCERIAS E INSTITUIÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA

Existem três níveis de actores envolvidos na governação desta estratégia, nomeadamente:



PRESTAÇÃO DE CONTAS E APOIO

Instituições

O PTGL foi mandatado pelos Chefes de Estado e Conselhos Ministeriais para atingir os objectivos do Tratado de 2002.

Como tal, o PTGL, juntamente com as agências de implementação (ANAC, Parques SAN e ZPWMA), são responsáveis pelo desenvolvimento e apoio da implementação da estratégia. Isso pode ser feito através de um sub-conselho de subsistência.

Responsabilidade

Estabelece o quadro da estratégia e monitora a sua implementação e impacto.

Dá orientação e apoio aos nós.

Identifica, planifica e executa uma série de intervenções que desbloqueiam oportunidades entre os nós e numa escala transfronteiriça*.



IMPLEMENTAÇÃO (POR NÓ)

Instituições

Todos os parques nacionais têm responsabilidades formais de partilha de benefícios com as comunidades locais. Estes partilham este mandato com outros intervenientes, incluindo as próprias comunidades, bem como organizações tais como o governo local e regional, sociedade civil e o sector privado. De forma conjunta, esses intervenientes farão a implementação ao nível dos nós através de fóruns existentes ou outras plataformas identificadas.

Responsabilidade

Desenvolve planos de implementação (ou Quadros mais extensos de Conservação e Desenvolvimento) para cada nó através do envolvimento das comunidades locais.

Implementa as intervenções, faz a monitoria e relatórios das mesmas.



MECANISMO DE INFORMAÇÃO

Instituições

As quarto Comissões Conjuntas de Gestão do Parque, recentemente formadas, podem servir de mecanismo através do qual cada nó presta contas sobre as suas iniciativas de subsistência ao CGC do PTGL.

Responsabilidade

Recolhe dados de monitoria ao nível do nó e submete uma análise ao CGC do PTGL.

Apoiar a colaboração dentro e entre os nós. Isso pode ser feito através do apoio ao CGC do PTGL na identificação, planificação e execução de intervenções entre nós e numa escala transfronteiriça*.

*Isso pode incluir o apoio a iniciativas horizontais transfronteiriças que ocorrem entre os países, diferentes nós, diferentes Instituições, diferentes fronteiras distritais, bem como iniciativas verticais transfronteiriças entre diferentes níveis do governo.

GOVERNAÇÃO E CAPACIDADE AO NÍVEL COMUNITÁRIO

A boa governação é igualmente importante aos níveis do projecto e da comunidade. Um dos princípios orientadores desta estratégia é que a governação e prestação de contas devem se descentralizar até ao nível mais baixo possível. Sendo assim, esta estratégia apoia a gestão sustentável de recursos orientado pela comunidade. Aqui, o foco está em dois níveis:

- Assegurar que cada projecto ou iniciativa tenha mecanismos apropriados de governação e prestação de contas. A concepção, planificação, programação e orçamentação das intervenções deve procurar formas para alcançar o máximo fortalecimento de uma série de intervenientes locais (desde os líderes, empreendedores e os agregados familiares vulneráveis).
- Assegurar que cada comunidade ou vila tenha mecanismos apropriados de governação e prestação de contas. Isso vai para além do envolvimento comunitário e governação dentro do projecto visto que várias intervenções podem ser levadas a cabo dentro da mesma comunidade. Como tal, aqui o foco está no apoio às estruturas existentes e novas de governação comunitária (como por exemplo, as autoridades tradicionais, CPAs, e outros conselhos eleitos, etc.). O envolvimento das comunidades na identificação, concepção, implementação e monitoria de projectos pode também assegurar que quaisquer projectos implementados sejam apoiados pela comunidade e que os benefícios para as comunidades sejam distribuídos (usados e partilhados) de maneira justa e transparente.

Isso pode ser alcançado através de:

- Seleção rigorosa de potenciais projectos;
- Incorporação da criação de capacidades em todas as intervenções aos níveis da liderança comunitária, membros da comunidade e do projecto;
- Criação de oportunidades formais, informais e experimentais de formação (por exemplo, as relacionadas a governação, gestão do projecto e de natureza técnica);
- Criação de programas de intercâmbio para apoiar a partilha de ideias e exposição;
- Conscientização, incluindo a criação de círculos para conservação, bem como mensagens importantes para outras mudanças de mentalidade (como por exemplo, cidadania activa, colaboração, prestação de contas, bem-estar, escolhas, etc.).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Uma **plataforma conjunta de pesquisa e desenvolvimento de meios de subsistência** constituirá parte do programa maior de pesquisa conjunta da ACTGL. Este deverá procurar alcançar maior coordenação e consistência entre os vários actores já envolvidos em pesquisas na área, incluindo as principais universidades em cada um dos três países. As plataformas transfronteiriças de pesquisa podem e já estão a ser usadas através de instituições estatais e não-governamentais de pesquisa (por exemplo, a inclusão das plataformas de pesquisa ‘Produção e Conservação em Parceria’ pelas universidades do Zimbabwe, Bindura, Chinhoyi, Lupane e a Universidade Nacional de Ciência e Tecnologia, juntamente com o Centro Internacional para Pesquisa e Desenvolvimento Agrário e o Centro Nacional de Pesquisa Francesa e ‘Comunidades em Movimento: Desafios da Saúde Humana e Animal’ pelas Universidades de Pretoria, Eduardo Mondlane e Antwerp). Estão, igualmente, a ser exploradas abordagens inovadoras com vista a integrar a pesquisa ao nível do projecto através de doadores tais como a UE (por exemplo, o projecto DREAM no Zimbabwe). A caixa abaixo apresenta uma plataforma de pesquisa existente no ACTGL.



ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

Será desenvolvido um plano de angariação de fundos para cada nó como parte do plano de implementação. Este deverá se aproveitar das capacidades existentes de angariação de fundos por parte dos intervenientes locais e estabelecer contactos com doadores. Além disso, a CGC da ACTGL explorará activamente três formas através das quais poderá apoiar os projectos numa perspectiva de financiamento:

- **Apoiar as Propostas de Financiamento (Específicos do Projecto):** Os projectos que foram seleccionados, passando pelo filtro de selecção, poderão ser apoiados nos seus esforços de angariação de fundos, onde a ACTFGL poderá ligar os projectos aos financiadores, mobilizar recursos de financiamento e endossar as propostas de financiamento, garantindo que estejam alinhadas à estratégia regional;
- **Possível desenvolvimento de um Fundo:** A CGC do PTGL iniciará a exploração de oportunidades para a criação de um fundo para buscar financiamentos que possam ser desembolsados a projectos-chave seleccionados. Isso irá exigir um esforço considerável de angariação de fundos e não será disponibilizado imediatamente. Este pode ser um elemento muito importante para assegurar que a estratégia alcance as suas metas e objectivos e que o PTGL tenha a capacidade de influenciar o desenvolvimento; e
- **Função de Facilitação do Fundo:** A ACTFGL pode também considerar o estabelecimento de relações com doadores-chave e activos na área para assegurar o financiamento para os projectos endossados através de um processo estratégico de selecção de projectos através dos intervenientes locais em cada nó. Aqui, o doador ainda terá a oportunidade final de aprovar ou reprová-lo, porém, a base para esta proposta terá sido célere.

Acreditamos que os projectos identificados através do mecanismo estratégico de selecção de projectos proporcionarão aos doadores um valor considerável, visto que permitirão o alcance de uma série de objectivos comparativamente aos projectos tradicionalmente definidos de forma limitada (i.e., projectos seleccionados através deste mecanismo tem maior probabilidade de alcançar uma série de objectivos possíveis e que são de interesse para um financiador, incluindo o alívio a pobreza, criação de emprego, agricultura de conservação, crescimento económico sustentável, segurança alimentar, biodiversidade, conservação, crimes contra a fauna, mudança climática, conflito homem/animal e, em alguns casos, intervenções relacionadas com a segurança de abastecimento de água). Como tal, acreditamos que um projecto apoiado e endossado pela ACTFGL irá encontrar fontes de financiamento de forma relativamente mais fácil.

MONITORIA E AVALIAÇÃO

A gestão aprimorada de programas e iniciativas de subsistência pode ser possível através de um processo decisório baseado em dados (permitindo assim uma maior coordenação e colaboração entre parceiros, bem como a identificação de oportunidades para sinergias ou aprendizagem para melhoria). Sendo assim, a recolha e monitoria de pontos-chave de dados é importante, e a análise e avaliação das implicações desses resultados constitui um imperativo. A tabela abaixo descreve três formas de actividades de monitoria e avaliação relevantes para apoiar este programa:



QUADRO CONCEPTUAL PARA MONITORIA E AVALIAÇÃO

	Monitoria do Progresso	Monitoria Contextual	Avaliação e Revisão
Actividade	Medir o progresso com vista ao alcance dos objectivos, incluindo o cumprimento de compromissos e eficácia de intervenções; indicadores a ser desenvolvidos na estratégia, aos níveis do nó e do projecto. As comunidades devem estar envolvidas na definição de um conjunto de indicadores de sucesso.	Estabelecer uma base padronizada ao nível do nó. Fazer a recolha rotineira de dados e confrontar com esta base	Com base na monitoria de progresso, avaliar criticamente o progresso com vista ao alcance da visão e missão
Objectivo	Monitoria do desempenho para controlar os outputs e resultados/ impacto das intervenções; partilhar experiências com os outros	Perceber o contexto evolutivo e, daí, assegurar uma resposta apropriada	Avaliação para responder até que ponto a visão e a missão continuam apropriadas e se a abordagem definida na estratégia continua sendo a melhor
Responsabilidade	O PTGL é responsável ao nível da estratégia, incluindo o controlo do desempenho ao nível dos nós; intervenientes dos nós responsáveis ao nível do nó, incluindo o controlo do desempenho ao nível do projecto; Os patrocinadores do projecto farão a revisão ao nível do projecto. As comunidades devem também participar da monitoria do progresso.	Apoio através de instituições académicas/pesquisa	CGC do PTGL
Frequência	Semestralmente	Alinhar com o ciclo de avaliação da revisão (três – cinco anos)	Rever o ciclo em cada três – cinco anos

MAIS DETALHES SOBRE A MONITORIA DO PROGRESSO

O gráfico abaixo descreve a forma como a monitoria nos três diferentes níveis são agrupadas.

Figura 7: Níveis da Monitoria do Progresso



É necessário assegurar que o CGC do PTGL, as quarto CGCP (que servem de mecanismo de monitoria), e os indicadores-chave de cada nó, acordem sobre um conjunto de indicadores ou medidas. Isso permitirá que haja consistência entre níveis e nós. Está disponível um quadro preliminar através do CGC.

MAIS DETALHES SOBRE A MONITORIA CONTEXTUAL

É importante monitorar as mudanças do ambiente no qual as intervenções são levadas a cabo. Enquanto, por um lado, não podemos imputar qualquer causalidade directa para as nossas intervenções, é pelo menos importante assegurar que os contextos evolutivos são notados e, são efectuados os devidos ajustes nas intervenções estratégicas adoptadas sempre que relevante. Sendo assim, propõe-se que os estudantes de licenciatura, mestrado e doutoramento, provenientes de instituições-chave de pesquisa e académicas dos três países estejam envolvidas na recolha de dados relevantes, consistentes e comparáveis, usando a mesma metodologia entre os diferentes nós. Isso incluirá:

- A recolha de **informação de base** para cada nó e, daí, monitorar as mudanças sobre esta base em cada três a cinco anos; e
- Actualizar e aumentar a **base de dados de iniciativas de subsistência** existente na área.

Enquanto a informação para inclusão à base de dados pode ser recolhida a partir de várias fontes, deve, em última análise, haver uma instituição para gerir esta base de dados para assegurar a sua integridade.

MAIS DETALHES SOBRE A AVALIAÇÃO

O CGC do PTGL trabalhará em coordenação com a Comissão para Meios de Subsistência de forma a efectuar uma avaliação anual do progresso com vista a atingir os objectivos da estratégia com base nos resultados da monitoria do progresso bianual (conforme descrito acima). Isso pode ser partilhado com um maior conjunto de intervenientes.

Além disso, será levada a cabo uma reflexão sobre a adequação e relevância da estratégia, uma vez em cada três a cinco anos; usando os dados recolhidos durante o processo de avaliação anual, bem como o envolvimento de intervenientes internos e externos.

As questões a ser respondidas neste exercício de reflexão de cinco anos serão as seguintes:

- Será que continuámos a trabalhar de forma alinhada com a visão e missão?;
- Será que a nossa estratégia (os objectivos estratégicos, metas e priorização associada) continua sendo a mais apropriada para ajudar-nos a alcançar a visão e missão?; e
- Será que existem novas oportunidades e ameaças que requerem um redireccionamento da estratégia?

Uma vez que a estratégia tem uma duração de 15 anos, isto será efectuado três a quatro vezes.

PLANO DE RELATÓRIOS

Em termos de todas as três formas de monitoria, existe uma necessidade de comunicar os dados a ser recolhidos a uma série de intervenientes para informar a tomada de decisão no “nível” seguinte. Sendo assim, foi desenvolvido um plano de relatórios. Prevê-se que isso possa orientar a implementação do quadro de monitoria, bem como da estratégia de forma mais geral, visto que incorpora e dá forma às responsabilidades e linhas de responsabilização inerentes à governação. Esses relatórios podem ser muito simples de forma a não incluir um conjunto de requisitos onerosos ao projecto e intervenientes dos nós. Continua sendo necessário, porém, visto que é através desses relatórios que os dados são recolhidos, permitindo a monitoria e avaliação.

Tabela 4: Plano de Relatórios

Relatório	Destinatário	Frequência	Conteúdo
Relatório do projecto sobre o progresso	Intervenientes dos nós	Trimestralmente	Progresso em relação aos compromissos e objectivos
Relatório do nó sobre o progresso	CGCP	Semestralmente	% da implementação em relação aos compromissos do QCD conforme o modelo acordado de monitoria
Relatório integrado sobre o progresso (Todos os Nós) pelas Comissões para Meios de Subsistência	CGC do PTGL	Anualmente	Progresso em relação aos compromissos de todos os nós, conforme o modelo acordado de monitoria
Relatório Anual do PTGL sobre a Estratégia	Intervenientes do Projecto (base de dados)	Anualmente	Resultados da monitoria regular do progresso
Avaliação do PTGL sobre a Estratégia	Intervenientes do Projecto (base de dados)	Ciclos de Três a Cinco Anos	Reflexão sobre a adequação da estratégia, visão e missão
Monitoria Contextual Actualizada	Intervenientes dos Nós	Três a Cinco Anos	Reflexões sobre as mudanças sobre a base
Base de dados de Projectos de Subsistência	Comissão para Meios de Subsistência e Intervenientes dos nós	Contínuo	Informações sobre quaisquer novas propostas, projectos endossados ou financiados para a base de dados dos projectos

COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO

A comunicação e o envolvimento são necessários aos níveis da estratégia, do nó, comunidade e do projecto. Estes são descritos na tabela abaixo.

	Estratégia	Nó/ Comunidade	Projecto
<p>Envolvimento – Apresentado oportunidades para que de forma significativa os Intervenientes influenciem a tomada de decisão</p>	<p>Uma variedade de intervenientes nacionais e regionais foram envolvidos na formulação da estratégia. Existe agora a necessidade de disseminar o produto final de forma ampla aos níveis nacional, provincial e local, feita pelas autoridades implementadoras. Daí, serão procurados inputs regulares nos ciclos de avaliação e revisão em cada cinco anos.</p>	<p>Isso será efectuado através das plataformas existentes entre as agências de implementação e as suas comunidades circunvizinhas. Além disso, o envolvimento com outras agências de desenvolvimento (por exemplo, autoridades locais, organizações da sociedade civil) é necessário para assegurar a coordenação e alinhamento estratégico sejam alcançados (como por exemplo, a matriz de priorização coordenada).</p>	<p>Todos os projectos devem incluir um elevado nível de envolvimento e reportar aos intervenientes da comunidade local sobre as fases de concepção e implementação.</p>
<p>Comunicação – Fornecer ou partilhar informações sobre conteúdos importantes ou úteis</p>	<p>Comunicação sobre o progresso atingido, sucessos e desafios, e outros aprendizados serão partilhados com uma vasta base de dados de intervenientes interessados. Isso pode ser na forma de relatório anual, conforme descreve o plano de relatórios, e workshops ou meios menos formais tais como visitas de campo, artigos no boletim informativo da ACTFGL e actualizações sobre plataformas de redes sociais. A base de dados dos intervenientes com interesse em assuntos relacionados com subsistência foi criada e será mantida para apoiar esta comunicação.</p>	<p>Compilação e circulação de ideias, experiências e modelos interessantes deverá ser feita dentro e entre os nós no seio de instituições-chave de implementação (autoridades dos parques nacionais, autoridades locais, grupos da sociedade civil). Isso pode incluir a partilha de estudos de caso sobre iniciativas que operem (ou não) na ACTFGL ou em outro lugar. Isso exige que seja criada uma plataforma acessível de partilha de informações e disponibilizada a todas as instituições e parceiros chaves de implementação. Isso poderá ser possivelmente alcançado através de um grupo no ‘Facebook’/ ‘Linked-In’ reforçado por um portal de informação com capacidade para partilhar grande volume de dados (possivelmente o portal de informação da SADC). Isto deve ser apropriado e conduzido por todos os intervenientes, em particular ao nível local com o apoio da CGC do PTGL.</p>	<p>Os projectos devem estabelecer um protocolo claro de comunicação nos seus planos antes da implementação.</p>

Ação	Output/ KPI	Referência aos Objectivos Estratégicos	Responsabilidade	Prazo	Relatório do progresso
Estratégia assinada pela CGC do PTGL e Comissão Ministerial	Estratégia aprovada	S/O 4: Instituições alinhadas	Comissão Consultiva	2016 Q3	
Realizar um road-show de consciencialização sobre a estratégia	Consciencialização os Intervenientes sobre a estratégia	S/O 4: Instituições alinhadas	ACTFGL agências de implementação	2016 Q3 e continuo	
Convocar a Comissão sobre Meios de Subsistência	Registo do Primeiro Encontro	S/O 4: Instituições alinhadas	CGC do PTGL	2016 Q4	
Desenvolver um plano de angariação de fundos e envolver mais financiadores	Plano	Angariação de fundos	Comissão para Meios de Subsistência	2016 Q4	
Nomear pessoal a tempo inteiro (sujeito a aprovação pelo CGC)	Contrato assinado	S/O 4: Instituições capacitadas	CGC do PTGL	2017 Q1	
Confirmar o quadro de monitoria conjunta	Métricas acordadas para monitoria e sistema de recolha de dados	S/O Melhor responsabilização	Comissão para Meios de Subsistência	2016 Q4	
Apoiar as agências de implementação e parceiros por ó a estabelecer um QCD para cada nó	Nove QCDs aprovados	S/O 5: Melhor responsabilização	Comissão para Meios de Subsistência	2017 Q4	
Desenvolver e implementar os planos de envolvimento, comunicação e consciencialização	Registo dos envolvimento e comunicações	S/O Melhor responsabilização e consciência	CGCP	2017 Q4	
Consolidar o ciclo regular de Relatórios, através dos primeiros relatórios bianuais	Primeiro ciclo de relatórios	S/O Melhor governação e prestação de contas	Comissão para Meios de Subsistência	2017 Q3	
Definir um plano de pesquisa conjunto para todos os nós (com base nos inputs dos QCDs)	Plano acordado	Gestão de Informação	Comissão para Meios de Subsistência	2017 Q4	
Definir um plano de formação com base nos inputs dos nós	Plano acordado	S/O 4: Instituições capacitadas	Comissão para Meios de Subsistência	2017 Q4	
Desenvolver um plano de intercâmbio com base nos inputs dos nós	Plano acordado	Gestão de Informação	Comissão para Meios de Subsistência	2017 Q4	

CRÉDITO FOTOGRÁFICO

- Capa
 - Joep Stevens
 - Lisa van Dongen
 - IFAD
 - Aruna Seepersadh
 - Anton Krone
- Página 2 - Johalize Koch
- Página 4 - Johalize Koch
- Página 5 - Lisa van Dongen
- Página 6
 - Aruna Seepersadh
 - Chris Roche
 - Lisa van Dongen
 - Aruna Seepersadh
- Página 8 - Anton Krone
- Página 9 - Johalize Koch
- Página 14
 - Anton Krone
 - Fiona Paumgarten
 - Anton Krone
 - Aruna Seepersadh
- Página 15 - Anton Krone
- Página 17
 - Dan Sonnenburg
 - Anton Krone
- Página 19 - Lisa van Dongen
- Página 21 - Lisa van Dongen
- Página 25 - Lisa van Dongen
- Página 27
 - Koos van der Lende
- Página 29
 - Anton Krone
 - Anton Krone
 - Aruna Seepersadh
- Página 31
 - Koos van der Lende
 - Lisa van Dongen
 - Lisa van Dongen
- Página 33
 - Anton Krone
 - LOLE, 2003
- Página 34 - Anton Krone
- Página 37
 - Anton Krone
 - Gideon Mendel
 - Chris Roche
- Contacapa - Johalize Koch



Use este Código QR para aceder ao link de um pequeno vídeo que explica o processo de elaboração da presente Estratégia Integrada de Diversificação de Meios de Subsistência



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

SOUTHERN AFRICA

RESILIM

: Resilience in the Limpopo River Basin Program

